

## **SAUDADES DE NATAL:**

Crescimento urbano e representações da cidade que É em face de que Foi

*Wesley Garcia Ribeiro Silva  
Mestrando no PPGH/ UFRN*

### RESUMO:

Como parte da pesquisa desenvolvida no PPGH/ UFRN, “Cartografias da Cidade”, este trabalho tem por objetivo discutir a questão da identidade urbana de Natal construída socialmente em fins da década de 1960. Tomando por material de análise jornais de época, bem como obras historiográficas, abordaremos como determinados grupos sociais construíram leituras do urbano invocando uma Natal que foi em detrimento de uma Natal que vai se configurando. Nessa perspectiva, compreendemos que a partir de uma nova constituição urbana, resultado do crescimento demográfico e fundiário, novas maneiras de vivenciar e representar a cidade também são produzidas. Os discursos da cidade seriam então enveredados por ambivalências, em que os termos moderno e progresso/ crescimento urbano e provincianismo são reatualizados em semânticas novas. Algo denotativo da própria imagem que determinados grupos almejavam de si e para si mesmos.

Palavras-Chave: Cidade – Cultura – Representações Espaciais – Práticas Políticas

Propomo-nos aqui a traçar um caminho de análise que vai tomar a Cidade do Natal, a partir do Plano Urbanístico de 1967, como objeto. Importa-nos antes de tudo, para além de tecer reflexões objetivamente sobre o conteúdo do Plano em si, percorrer caminhos que levaram a sua construção; algumas chaves de leitura que proporcionam, a nosso ver, um entendimento da situação de tal mecanismo no contexto geral da cidade. Partimos, pois, de um indício, a realização de um Plano Urbano para Natal em 1967, e voltamo-nos para momentos específicos, anteriores a sua concretização final, que entendemos serem elementos de sua composição; e assim contornos da representação da espacialidade urbana natalense; sua identidade, sua construção intelectual a partir de relações de força.

Primeiramente, cabe-nos expor algumas especificidades que servem para compreendermos a situação da cidade e do plano urbano criado. Antes do de 1967, o último plano urbano constituído para cidade foi realizado ano de 1935, portanto cerca de 30 anos distanciam um do outro. Essa “distância” faz-se maior se levarmos em conta que do início do século XX, até 1935, três planos urbanos foram constituídos para Natal.

Uma primeira questão posta então seria por que a cidade onde se viu, ainda mais pelo seu pequeno poro em comparação com outras cidades brasileiras do período, grande profusão de projetos de sistematização urbana passou cerca de 30 anos sem planos. Uma resposta que se poderia dar seria a concretização dos objetivos traçados

nos planos levados a cabo até o ano 1935, não necessitando assim de mais mecanismos de regulação geral urbana. Resposta que, como veremos, a partir da própria composição do Plano Urbano de 1967, dados estatísticos e matérias de jornais do período estudado, parece não se confirmar.

Outra especificidade, e que ajuda no entendimento da composição do Plano de 1967, é o grande crescimento populacional ocorrido na cidade a partir da década de 1940, se acentuando justamente na década de 1960. Natal que até a década de 1940 possui cerca de cinquenta mil habitantes passara na década de 1960, portanto vinte anos depois a cerca de duzentos mil habitantes. De certo esse aumento populacional se refletiu em transformações na fisionomia humana e urbana de Natal.

Pretendemos então apontar um caminho de análise para este contexto: o Plano Urbano de 1967 é um ponto final de sistematização e síntese do pensamento sobre o espaço urbano do período, que a partir de uma nova experimentação da espacialidade pretendia apreendê-la, significando-a e dominando-a. Buscamos assim compreender a questão do Plano como uma cartografia implicada como resultante de relações de força, onde um determinado local social, um centro organizado e coerente, elabora uma configuração urbana, não apenas no sentido material, da morfologia urbana, mas esta própria dotada de elementos significantes, formas simbólicas permeadas de lutas de poder e de legitimação, dos grupos e de suas ações e significações; em outros termos uma construção de si para si.

#### *Onde a modernização e o progresso se esvaem e reatualizam*

Em novembro de 1967 jornais da cidade noticiavam a realização do novo Plano Urbanístico a ser implementado pela instância da municipalidade na Cidade do Natal. Em termos gerais, as matérias reafirmavam a importância e a pertinência da iniciativa de regular e normalizar as “artérias<sup>1</sup>” urbanas.

Ponto comum também se referia as críticas endereçadas ao Plano Sartunino de Brito de 1935, último anterior ao de 1967. Destacavam nele não apenas a não concretização dos objetivos traçados, como também o próprio conteúdo do Plano, suas intenções e delineamentos. Ao mesmo tempo em que elogiavam o Plano Palumbo, que comparavam positivamente ao seu Plano contemporâneo, de 1967.

Nesta lógica, o Plano de 1967 tomava tons de uma espécie de retomada ao Plano Palumbo, que encarnaria a pertinência, eficiência e privilegiaria o progresso e a modernização da cidade. A existência do Plano de 1935 e o “longo” período de mais de 20 anos até 1967 demarcariam um período que devido a um tipo de planejamento que não privilegiava os anseios urbanos, aliado a ineficiência do poder público, suscitava problemas que atrapalhavam os bons rumos que há tempos perduravam em Natal.

Cruzando as falas encontradas nos jornais com outros discursos podemos apontar que um discurso que se situava num percurso que ia da crítica da

---

<sup>1</sup> Merece destaque aqui a referência comparativa, na linguagem de boa parte dos jornais da época, da cidade com o corpo. Termos como artérias e veias são constantemente utilizadas para se remeter as avenidas e trajetos da cidade. Cabe-nos mencionar que o grupo da Escola de Chicago também lançava mão de referências bastante semelhantes às encontradas na linguagem dos jornais entre cidade e corpo, o que talvez conote uma perspectiva urbanística divulgada e assimilada no contexto.

ineficácia da instância municipal à perda da urbanidade de Natal de “antigamente”, onde as condições de vida na cidade seriam melhores, quando Natal era moderna. A fala de Luís da Câmara Cascudo na introdução de sua História da Cidade do Natal, onde realiza uma espécie de apontamentos do percurso que segue no livro vai justamente neste sentido:

A história evidencia que os movimentos decorrem dentro de uma área limitada [...] Natal é uma cidade sem problemas. O que chamamos, com suficiência e pedantismo, problemas, são apenas soluções sabidas e retardadas pela falta de finanças ou de vontades positivas. Os problemas surgirão, vertiginosos e horrendos, quando o Alecrim deixar de ser uma esperança para bairro residencial e enriquecer intermediários e donos de lotes. Será um capítulo sinistro registrar o desaparecimento útil da terra para uso financeiro de uma classe melancolicamente míope além das fronteiras dos escritórios.

A história da cidade se passa na Ribeira e na Cidade. Não há história nos bairros novos [...]

Cruzando estes dois tipos de falas indiciárias fica claro o sentimento de perda da espacialidade natalense que era em detrimento a uma que vai se formando. É notável que a fala de Cascudo, de 1946, e as dos jornais (nossa pesquisa se limitou a análise de jornais de fins da década de 1960), mesmo que com certa distância temporal, denotam uma representação semelhante em relação ao estatuto do espaço urbano. Mais interessante ainda, é como elas ganham uma significação quando comparados com os dados estatísticos que apontam para um significativo aumento populacional.

Poderíamos tecer uma ligação entre tais signos? Acreditamos que sim. Longe de adotarmos uma teoria do reflexo que apontaria para o crescimento populacional a fonte de toda uma nova maneira de se relacionar, exprimir a espacialidade urbana natalense, todavia apontamos a nítida relação entre tais fatores.

A nova experiência que a cidade a partir da inserção de novos sujeitos e a criação e aumento de espaços dentro da cidade proporcionava transformações não apenas no sentido material, de uma morfologia urbana, mas também maneira de concebê-la, no nível das representações, no modo de construção da própria realidade.

Tomando os indícios encontrados nos discursos dos jornais e na própria fala de Cascudo, nos inclinamos a apontar que a partir daí Natal vai sendo pensada, por determinados grupos de posição privilegiada dentro da urbe, como uma cidade que cada vez mais vai perdendo suas características de cidade ao mesmo tempo pequena e moderna, que denotavam ao mesmo tempo bem-estar e progresso; estabilidade, ausência de graves problemas e atrativos e privilégios.

Neste sentido, ganha destaque uma espécie de editorial de um jornal da cidade de meados de 1967. Falando a Natal, como se propõe pelo título, a matéria destaca os temíveis problemas, que já assolavam Cascudo em 1946. Resumindo as deficiências na iluminação, abastecimento de água e coleta de lixo o artigo era contundente em afirmar que “Natal está ficando bem feia”, e fazia votos e aclamações

para melhorias na cidade, para que ela voltasse a ser “bela e graciosa outra vez”, que retomasse as configurações que havia deixado para trás.

### *Outros espaços*

Nos 18 meses que antecederam a constituição do Plano Urbanístico de 1967 as páginas de jornal estampavam um verdadeiro caos urbano em Natal. Os problemas eram os mais variados e por mais que alguns jornais aliados do poder municipal estabelecido destacassem a atuação do então prefeito, Agnelo Alves e seus grandes feitos em apenas um ano de governo (em 1967), não tinham como escapar do tema da ineficiência da municipalidade em dar conta de todas as demandas que a “metrópole” Natal então suscitava.

O lixo se espalhava pelas ruas, devido à falta de um serviço de coleta eficaz, o que davam margem para as famílias natalenses correrem o risco de contraírem doenças e proliferarem insetos e parasitas. O transporte urbano era deficiente, não atendia a todos os bairros e apenas a horários bastante específicos; aliado com a escuridão que predominava nas noites mal iluminadas, as artérias urbanas tornavam-se um local propício para prática de marginalidades e crimes. Comparava-se mesmo Natal a outras metrópoles do Brasil, onde os problemas urbanos e falta de iniciativa por parte dos órgãos competentes resultava numa situação caótica nas variadas cidades. Natal ganhava assim status de verdadeira metrópole, mais em relação aos problemas e o crescimento fundiário e populacional que a acometiam do que no sentido do progresso e da modernização. Os artigos destacavam a “hora de se dá a Natal uma iluminação pública que corresponda ao progresso da cidade, pois o problema já está se tornando calamidade”.

O problema da iluminação pública freqüentava constantemente os jornais, sugerindo a falta de estrutura urbana que acompanhava o crescimento cada vez maior da cidade. Nem mesmo as principais “artérias” da cidade escapavam da falta de iluminação: avenidas principais como a Rio Branco ficavam as escuras ao crepúsculo. Apelos para atenção as praças de Natal também são constantes, destacando a intensa deterioração em que se encontravam. O já tradicional ponto de comércio de frutos do mar, o canto do manguê era descrito como verdadeiro sub-mundo de pescadores, local de miséria e imundície.

Porém, a questão de maior destaque decorrente da falta de iluminação ficava por conta daqueles que procediam a “uma volta nos subúrbios”, aos jovens que estudavam a noite e que tinham de voltar para suas casas, no subúrbio, como os bairros de Morro Branco, Nova Descoberta, Nazaré e precisavam pegar o transporte coletivo público. Estas notícias deixavam clara a periculosidade que se fazia sentir em relação a esses bairros suburbanos da cidade, com uma ocupação muito recente, porém muito rápida e sem estrutura adequada, em que “como estes bairros são deficientes na iluminação, dão margem a práticas criminosas”; são sugestivas no sentido de apontar o grande desconhecimento por parte das elites privilegiadas da cidade acerca destes espaços, que a época eram tidas como muito distantes, de difícil acesso e onde “poucos e ruins” ônibus e em horários muito restritos realizam o transporte da população ai residente.

Havia lixo demais na cidade. Efetivavam-se reclamações constantes acerca do acúmulo de lixo e lama nos diversos bairros e “artérias” de Natal, onde haveria a carência de coletores de lixo. A cidade que a menos de 30 anos atrás era identificada como moderna, apresentava aos olhares de seus contemporâneos um aspecto totalmente transformado e ameaçador à saúde pública (inclusive suscitando reclamações e debates na Câmara Municipal, em relação ao Departamento de Limpeza Pública e providências higiênicas e urbanísticas da capital), ao ponto de ser caracterizada como a “cidade da sujeira”; inclusive “fazendo com que aqueles que nos visitem pela primeira vez tenham uma péssima idéia de nossa terra”.

As chuvas pareciam agravar ainda mais a situação provocando buracos que eram “verdadeiros lagos” situadas nas mais diversas artérias da cidade, o que era um perigo para os “moleques” que ali se aventuravam a procura de diversão. As chuvas também contribuíam para o agravamento do problema da falta de água<sup>2</sup>, que acometia a maior parte dos bairros de Natal, quebrando canos e equipamentos de abastecimento, além de impedir a própria “circulação de suas artérias”.

De fato, os espaços que surgiam como mais problemáticos eram aqueles localizados no subúrbio da cidade. A pior situação era apontada para o Paço da Pátria, situado às margens do Rio Potengi, vizinho ao bairro da Cidade Alta. Os artigos dos jornais destacavam as condições “inumanas” em que viviam a população aí, “pior que Mãe-Luiza”, outro espaço que seria carente de recursos urbanísticos. Estes espaços eram apontados como “quase sem jeito”, sem soluções. Destaques eram aqueles então quase inacessíveis e longínquos bairros distantes do centro da cidade. Alguns jornais inclusive se dispunham a apresentar aos seus leitores a apresentação de tais, destacando suas origens e localização específica: as Quintas, Lagoa Seca, Nazaré, Carrasco, Boa Sorte, Nova Descoberta, Santos Reis, Brasília Teimosa e Mãe Luiza eram referidos como os “nove bairros primos-pobres da cidade”, chegando mesmo a enquadrá-los como os “bairros subdesenvolvidos de Natal”.

Estas falas nos autorizam a apontar para a Natal da época: primeiro, como já apontamos, existia uma espécie de sentimento de perda de certa “áurea” que existia na cidade, que dava lugar a ocorrência de problemas que mudavam drasticamente à morfologia. Somos assim levados a crer que o sentimento da época, pelo menos para determinados grupos mais coesos e fortes, era de rejeição para as formas que a cidade ganhava, proporcionado pelo seu aumento populacional e fundiário. Porém, deixa-nos claro também, a existência de espaços não homogêneos na cidade; os espaços natalenses não teriam assim uma unidade, ocorrendo uma divisão entre os bairros que ainda conservavam ares de modernidade e progresso e aqueles subdesenvolvidos, que vinham a “enfeiar” a cidade. Um claro indício de lutas das imagens de uma antiga, mas moderna Natal, em face da nova, caótica.

#### *Mecanismos de Legitimação: as ações sobre os territórios*

Mas se enganaria quem falasse numa completa ausência das ações da municipalidade em torno das intervenções e melhorias urbanas. O Plano Urbanístico de 1967 é prova disso, mas também, nos aparece como grande projeto de síntese neste

---

<sup>2</sup> No dia 1º de Abril de 1967 alguns jornais mencionam o aumento de água naquele dia “mesmo com abastecimento ruim”, perguntando-se se o aumento era mesmo verdade.

sentido. Centrando nossas análises apenas nos dois primeiros anos do governo Agnelo Alves (1966-1967), a partir dos jornais, podemos observar como a municipalidade buscava cada vez mais dotar a cidade de instrumentos que possibilitassem sua urbanização.

Não queremos aqui interrogar sobre o caráter positivo ou negativo de tais ações, mas sim seus efeitos, sua lógica, o sentido que conferiam as ações de intervenção urbana.

Desde o primeiro ano de governo de 1966 a municipalidade procurava cada vez mais anunciar e comemorar as obras e suas inaugurações que se verificavam em sua grande parte, em termos estruturais, nos bairros mais afastados do núcleo originário da cidade. Na ocasião das comemorações de seu primeiro ano de governo, o prefeito comemorou inaugurações de obras como o serviço de abastecimento de água nos morros de Aparecida, Mãe Luiza e Novo Mundo, onde segundo jornais da época, residiam 20 mil pessoas. Um plano viário para cidade, com ruas calçadas a paralelepípedo e melhorias asfálticas e de iluminação era anunciado, o que proporcionaria um melhor deslocamento entre o centro da cidade (melhorias na Junqueira Aires, Pr. João Maria e Pr. Pinto, I etapa do plano viário) até os bairros do Alecrim e das Quintas (Avs. Mário Negócio, Av. 4 e Coronel Estevão). Além da inauguração de obras como a estação metropolitana de passageiros.

O destaque dos jornais ficava por conta da presença da municipalidade na inauguração de todas as obras, o que possibilitava um contato maior com a população, os bairros, bem como seus problemas distintos. Alguns jornais apontavam mesmo que apesar de tudo, os bairros de Natal não se sentiam esquecidos pelos seus administradores cuja sua presença se fazia sentir nos locais mais problemáticos.

Até o Carnaval de 1967 se inseria neste aspecto; passava a ser assunto de importância, inclusive com a criação de uma comissão organizadora dos festejos, que instituiu o percurso do “corso”. Foi o prefeito mesmo que entregou a chave da cidade ao Rei Momo, no bairro das Quintas, descrito como porta da cidade.

Natal começava novamente a ganhar luz, com a implantação de sistemas modernos de iluminação a vapor de mercúrio, o que “acentuava a beleza e o progresso da cidade”; e numa rua e outra o prefeito e seu vice sempre estavam dispostos a comparecer as comemorações de inauguração.

Grande destaque era dado às ações de abastecimento de água nas favelas de Natal, como em Mãe Luiza. A vila de Igapó, as margens do Rio Potengi, além do bairro das Quintas, também recebia um poço de água com bomba, o que atenderia mais de mil habitantes. Curioso é que outro jornal também noticia a ação de tal obra, mas destacando que apesar da implantação de uma bomba elétrica de sucção de água, esta parte da cidade não tinha um atendimento de energia elétrica efetivo. Outro jornal destaca a inauguração da energia elétrica em Igapó em outubro do ano de 1967, portanto, mais de um ano após a implantação da bomba para sucção de água.

Mas as áreas centrais não eram de modo algum desprivilegiadas de ações urbanas: o prefeito anunciava em 1967 que sua principal meta era a construção de galerias pluviais nos bairros do Tirol e de Petrópolis, o que solucionaria os problemas de formação de lagos e crateras.

Não apenas a municipalidade sentia a necessidade de fazer-se mais presente nos bairros com crescimento mais recente. A própria Igreja Católica também

ampliava seu número de paróquias nestes bairros. Só em 1967 duas novas paróquias eram criadas aí, atendendo os anseios espirituais da população dos bairros das Quintas, Dix-sept Rosado e do novíssimo bairro da Cidade da Esperança.

Assim, chegamos novamente ao Plano Urbano de 1967, como já mencionamos, destacado na época como mecanismo oportuno para normalização dos problemas da cidade. Se as falas contidas nos jornais, num primeiro momento nos aparece como divergentes em relação se as obras efetivadas pela municipalidade foram eficazes ou não, o que importa é verificar que o Estado é cada vez mais requisitado enquanto instituição capaz de resolver os problemas citadinos.

As falas em torno das inaugurações, das obras da municipalidade nos leva a suscitar a idéia de constituição de legitimidade por parte do Estado em atuar nos novos bairros; como espécie de produtores de homogeneização e autoridade sobre tais espaços. Em outra frente, caberia ao Estado estabelecer determinadas concessões, em termos de melhorias urbanas. Portanto, mecanismos de legitimação que permitia a municipalidade agir no sentido do controle do espaço; estabelecimento de uma legitimidade do Estado que se via fortalecer no plano de seus direitos fundamentais.

Ao mesmo tempo em que se afluavam uma espécie de recusa e crítica a estes mesmo espaços em que o estado cada vez mais pretendia manter sobre controle. Visões construídas em torno de relações de força sobre a espacialidade urbana natalense, que requisitava os elementos de uma antiga Natal em face de uma nova. Nestes termos, o mundo (a cidade) é um texto que é decifrado a partir de agenciamentos e estratégias requisitados comparativamente em termos do passado/ presente; práticas de usos e significações diferenciadas que operam construções de sentidos de uma Natal sim do progresso, mas ao mesmo tempo em que vai ficando cada vez mais feia; estratégias simbólicas que identificam grupos em sua relação com a cidade, com reatualizações dos ermos moderno e progresso, a partir de outra construção em termos de uma legitimidade de efetivação do poder. O Plano Diretor de 1967 coloca-se então ao mesmo tempo como um mecanismo e único e sintético, uma fotografia das relações de força que atuavam sobre o pensamento sobre a cidade, inscrevendo aí um espaço de atuação.

#### Fontes Consultadas

*Jornal A Ordem*, 1966-1967.

*Plano Urbanístico e de Desenvolvimento de Natal*, Escritório Serette, 1968.

#### Referências Bibliográficas

ALBUQUERQUE JR, Durval Muniz de. *História: a arte de inventar o passado*. Bauru: EDUSC, 2007.

BRESCIANNI, Maria Stella M. História e historiografia das cidades, um percurso. In: FREITAS, Marcos César de. *Historiografia brasileira em perspectiva*. São Paulo: Contexto, 2001. p. 237-258.

CASCUDO, Luís da Câmara. *História da Cidade do Natal*. 3ª ed. Natal: IHG/RN, 1999.

CASSIRER, Ernst. Introdução e exposição do problema. In.: \_\_\_\_\_. *A filosofia das formas simbólicas I – a linguagem*. São Paulo: Martins Fontes, 2001. p. 9-78.

CHARTIER, Roger. *A história cultural: entre práticas e representações*. Lisboa: Difel, 1990.

FOUCAULT, Michel. *Em defesa da sociedade*. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

\_\_\_\_\_. *História da sexualidade: I a vontade de saber*. 17ª ed. São Paulo: Graal, 2006.

HARTOG, François. *Os antigos, o passado e o presente*. Brasília: Editora da UNB, 2003.

\_\_\_\_\_. Tempo e patrimônio. *Varia Historia*, Belo Horizonte, vol. 22, nº 36: p. 261-273, jul/ dez 2006.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. Muito além do espaço: por uma história cultural do urbano. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 8, n. 16, 1995, p. 279-290.

\_\_\_\_\_. Entre práticas e representações: a cidade do possível e a cidade do desejo. In: RIBEIRO, Luiz César de Queiroz; PECHMAN, Robert (org.). *Cidade, povo e nação – gênese do urbanismo moderno*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996. Parte IV, cap. 18, p. 377-396.

ROLNIK, Raquel. *A Cidade e a Lei: legislação, política urbana e territórios na cidade de São Paulo*. São Paulo: FAPESP/ Studio Nobel, 1997. (coleção cidade aberta).